



**Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

(19DNSCIF2018-27ABR2018)

Excelentíssimo Senhor Ministro da Administração Interna,
Excelentíssimos Senhores deputados, autarcas e demais eleitos,
Excelentíssimos Senhores Representantes do Corpo Diplomático acreditado em Portugal,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – e restante corpo docente,
Excelentíssima Senhora Secretária Geral, do Sistema de Segurança Interna
Excelentíssima Senhora Inspectora Geral da Administração Interna
Excelentíssimo Senhor Diretor Nacional do SEF,
Excelentíssimos Senhores representantes das forças e serviços de segurança,
Excelentíssimos Senhores representantes das centrais sindicais, sindicatos e das associações profissionais,
Excelentíssimos Senhores convidados,
Minhas Senhoras e meus Senhores

Quero agradecer a todos a vossa presença.

O Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras está a prosseguir a sua missão de – no âmbito das funções dos inspetores do SEF – trazer à discussão da sociedade portuguesas temas sérios, temas que se colocam a Portugal como desafios à sua segurança e à segurança dos 27 países da União Europeia, dos quais Portugal é fronteira externa. E, também, temas de civilização, temas relacionados com o ideal humanista, como são a proteção das vítimas de crimes e a defesa dos direitos humanos.

O nosso sindicato só consegue discutir estes temas com profundidade, com a necessária exigência intelectual, devido ao apoio com que conta há vários anos da Academia portuguesa, nomeadamente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – nosso anfitrião nesta conferência.

Quero agradecer penhoradamente esse apoio, na pessoa do seu presidente, Prof. Manuel Meirinho – e na pessoa do coordenador científico desta conferência, o Prof. Rui Pereira. A ambos, o nosso muito obrigado!

Aproveitando este passo, agradeço também a três empresas que têm feito suas, as causas dos assuntos que temos trazido à discussão e que nos têm apoiado na organização destas conferências: são os casos da Vision Box, da Douro Azul e da TAP. Às três, muito obrigado!

Voltando à Academia, os inspetores estão gratos pela sua disponibilidade para discutir questões tão centrais do nosso tempo:

Como a crise dos refugiados, em 2016;



Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Como a entropia, que a falta de recursos humanos do SEF, causa a setores vitais da economia portuguesa e à imagem do país e que foi o tema da discussão que nos ocupou no ano passado – 2017;

Ou, neste ano de 2018, o terrível flagelo global do Tráfico de Seres Humanos, que todos os indicadores internacionais e nacionais classificam de muito grave e actual no nosso país, quer na componente de tráfico de crianças, quer na componente de tráfico para exploração laboral ou mesmo nas ligações que tem ao terrorismo internacional, ao qual, apesar do esforço desenvolvido pelos inspetores do SEF, não deixa de ser visível a exiguidade dos meios disponíveis para prevenir, investigar e combater este crime no terreno.

**Minhas Senhoras e meus Senhores,
Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita**

Deixe-me dizer-lhe que é com grande expectativa que os inspetores do SEF o recebem, como ministro da tutela, nesta conferência que integra o seu congresso anual.

E a expectativa, senhor ministro, é alimentada pela sensação de que, com a sua entrada no Ministério da Administração Interna, algo mudou – e mudou para melhor.

Há um ano, nesta mesma sala, a sua antecessora referiu-se ao SEF como, e passo a citar, “um serviço dedicado à atividade de controlo documental e com um cariz essencialmente burocrático”.

Ora, se há uma coisa que já foi possível perceber nestes meses que leva de mandato, é o que o Senhor ministro Eduardo Cabrita não desconhece a importância da investigação criminal do SEF.

O Senhor ministro não desconhece a importância do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Asilo e Refugiados do SEF.

O Senhor ministro sabe que o atual secretário-geral da ONU, António Guterres, já classificou o tráfico de pessoas como “o fenómeno criminal mais preocupante do século XXI”.

Sabendo isto, o Senhor ministro sabe também que a cooperação internacional entre polícias especializadas se revela crucial para a eficácia da sua ação.

O Senhor ministro sabe que a ameaça terrorista paira sobre todos os países e, por isso, essa ameaça torna imprescindível o reforço das capacidades investigatórias das polícias, com a vocação de combater todos os crimes que estão relacionados com esse fenómeno.

Ora, o SEF é, simultaneamente, um serviço de segurança e um órgão de polícia



Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

criminal vocacionado para combater o tráfico de pessoas (colheita de órgãos, exploração laboral e sexual), o auxílio à imigração ilegal, os casamentos simulados e a falsificação de documentos – crimes estes que estão quase sempre associados a outros, como o branqueamento de capitais, e são instrumentais à atividade terrorista.

O SEF é, também e por isso mesmo, uma polícia de imigração integral.

É por ser assim – é por ser, no seu modelo, uma polícia tão moderna, tão inovadora – que o SEF continua a ser motivo de admiração internacional e destino de tantos elogios.

O problema é que, depois de mais de uma década e meia de desinvestimento, o SEF viu diminuída a sua capacidade de atuar em todas as frentes que competem às missões que lhe estão cometidas, desinvestimento esse feito na proporção inversa do crescimento das ameaças e dos riscos internacionais nas áreas em que o SEF tem competências: criminalidade transnacional, crise dos refugiados, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, entre outros crimes relacionados com a atividade terrorista.

Por volta de 2016-2017 os recursos ao dispor do SEF, digo à falta de melhor expressão: bateram no fundo, sendo disso sinal tanto as filas nos aeroportos – que prejudicaram a imagem do país e bloquearam setores importantes da sua economia –, como a diminuição da capacidade de fazer investigação criminal ao nível do que a nova realidade concreta do país exige.

É por isso que é urgente promover significativas alterações na sua Lei Orgânica e Estatuto de Pessoal, que permitam modernizar o serviço e garantir melhores condições de trabalho, no desempenho da sua missão, ao corpo de inspetores, que por espírito de missão e elevado sentido cívico e patriótico, dedicam a sua vida ao serviço da comunidade.

Nunca será demais lembrar que o SEF é responsável pelo controlo de pessoas que cruzam as fronteiras externas de Portugal, quer seja na sua componente aeroportuária ou marítima. O SEF tem a seu cargo a fiscalização da permanência em território nacional de cidadãos estrangeiros, emissão de autorizações de residência e do passaporte eletrónico português. O SEF é a entidade responsável pelo tratamento de pedidos de asilo e processo de concessão de proteção subsidiária a refugiados. E, repito, é um órgão de polícia criminal, vocacionado para combater o auxílio à imigração ilegal, a falsificação de documentos e o tráfico de seres humanos – o assunto que hoje aqui nos traz!

Nos últimos anos, com a carência de meios, Senhor ministro, o que se passou é que para acorrer às tarefas de controlo de fronteiras que o acréscimo de passageiros nos portos e aeroportos exigiu – e continua a exigir –, se foram tirar inspetores às áreas que melhor caracterizam o SEF como um “produtor de segurança” – nomeadamente as relacionadas com a investigação criminal.

A questão, Senhor ministro, é que para além de avaliar e fiscalizar quem entra em



Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Portugal e no Espaço Schengen, o SEF tem a obrigação legal, funcional e civilizacional de investigar e de perseguir todos os que traficam seres humanos, que abusam da fragilidade de refugiados ou de imigrantes económicos, que escravizam pessoas em trabalhos rurais ou ligados à prostituição, e actuam no interior de máfias internacionais.

Ora, neste capítulo – e sem prejuízo de muitas ações bem-sucedidas – o SEF tem estado aquém do que exige a realidade que hoje se vive em Portugal!

Essa realidade é preocupante, para não dizer dramática, como atestam todos os indicadores nacionais e internacionais.

Segundos dados divulgados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) no final de 2016, quase três quartos dos migrantes que chegam à Europa são alvo de tráfico ou de exploração.

Em Portugal, os dados conhecidos ao longo de 2017 mostram que a exploração laboral em zonas agrícolas, especialmente no Alentejo, está fora de controlo por falta de capacidade do SEF para fiscalizar a esmagadora maioria das herdades onde trabalhadores ilegais são vítimas de abusos.

Por outro lado, Portugal começou a ser usado como nova rota para o tráfico de crianças, sobretudo provenientes de África: essas crianças e adolescentes são utilizadas para exploração e escravatura laboral e sexual em países como França ou Alemanha, funcionando Portugal como uma placa giratória e porta de entrada no Espaço Schengen.

O Grupo de Peritos em Ação Contra o Tráfico de Seres Humanos (GRETA), uma organização do Conselho da Europa, colocou Portugal no topo dos países com mais desaparecimentos preocupantes de crianças.

No seu relatório de 2018 – divulgado este mês de abril – coloca Portugal como um dos países onde o tráfico de pessoas mais tem crescido e um dos cinco países europeus em que a exploração laboral supera o tráfico sexual.

Esta, Senhor ministro, Dr. Eduardo Cabrita, é a realidade.

Podíamos entrar aqui numa dialética de números, nós a afirmarmos que neste crime hediondo foram registados pelo SEF, 15 inquéritos crime em 2016 e 20 em 2017, dados do RASI, e o SEF responder como respondeu, dizendo ter registado neste ano de 2018, 11 inquéritos crime!

Mas uma coisa é certa, Convenhamos, Senhor ministro, que são muito poucos inquéritos para tantos abusos.

Os inspetores do SEF chamam a atenção para esta realidade por duas razões:

- porque a exploração e tráfico de pessoas no território português é uma horrível realidade que não podemos ocultar;



Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

- e porque é possível fazer melhor para combater este crime hediondo.

É só isto que nos move ao organizar esta conferência, ao solicitar o apoio e o estudo da Universidade, ao convocar a sociedade civil para dar o seu testemunho: fazer melhor, combater melhor os criminosos no território português, salvar as vítimas e ajuda-las a ter uma vida livre e digna!

Esta tarefa, sabemos-lo bem, não cabe só ao SEF e a outras forças policiais.

Este é um dever que deve mobilizar toda a sociedade portuguesa e não apenas os decisores políticos, convocando magistrados, polícias, serviços de informações, instituições de solidariedade social, autarquias, a Igreja Católica e outras confissões, as escolas, etc.

Todos os portugueses têm de ser chamados a este dever de cidadania: **combater o tráfico de pessoas e a sua exploração no seu país!**

É este o espírito desta conferência: combater este flagelo, promover a defesa dos Direitos Humanos, defender a segurança de Portugal e da União Europeia.

No final do dia, o que importa é que Portugal se mantenha um país seguro – e que seja um país onde os direitos humanos são defendidos e as vítimas protegidas, onde quem atenta contra elas seja perseguido com os meios adequados para isso e, portanto, com eficácia!

O que importa, em resumo, é que Portugal seja um país livre para todos os que o atravessam – e que a União Europeia continue a ter em Portugal uma das suas fronteiras mais fiáveis e mais seguras!

Desejo uma boa conferência a todos.

Muito obrigado!

Acácio Pereira
(Presidente SCIF)